

Globalização e Vazios Institucionais (Institutional Voids) – A política da China em África

José Manuel Duarte de Jesus

(Comunicação apresentada ao Seminário Internacional CHINA/MACAU E GLOBALIZAÇÕES
PASSADO E PRESENTE, CCCM, Outubro de 2013)

IO
ISCSP/ ULisboa

IO WORKING PAPER N. 01/2013

Outubro, 2013

Any opinions expressed here are those of the author(s) and not those of IO. Research published in this series may include views on policy, but the IO itself takes no institutional policy positions.

Instituto do Oriente (IO) is a research unit of the School of Social and Political Sciences of the University of Lisbon (ULisboa). Founded in 1989, it contributes to the scientific development in the field of Asian Studies through a multidisciplinary approach, provided by the diversity of the researcher's backgrounds, from anthropology to international. IO Working Papers often represent preliminary work and are circulated to encourage discussion. Citation of such a paper should account for its provisional character. A revised version may be available directly from the author.



UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
INSTITUTO DO ORIENTE

Quando falamos em Globalização, temos sempre a ideia de que nos estamos a referir a algo que caracteriza a nossa época – a nossa circunstância.

É humanamente normal. Sempre tendemos a pensar que nós e a nossa circunstância histórico-geográfica constitui o ponto focal do acontecer – a única janela de onde desfrutamos a melhor vista do que nos rodeia e do que somos.

É necessário um esforço intelectual para procurar, na medida das nossas possibilidades, ultrapassar o melhor que sabemos essa barreira, que considero o principal mal ou causa dos grandes males que nos continuam a devastar mental, social e politicamente.

Desde os Neandertalenses aos Homosapiens, que a evolução se fez por pequenas, médias ou grandes “globalizações”. Isto acontece há 200 milhões de anos.

A geografia, as suas mudanças, as tecnologias e as suas transformações vão determinando graus e tempos diversos de “globalizações”. A aventura passa pelos grupos, - clãs ou tribos – nações, estados, regiões etc. Nesta corrida vão aparecendo fenómenos a que chamamos crenças, religiões, culturas, civilizações, que ora se diferenciam e afastam, ora se aglutinam e, por vezes desaparecem, mas que no mundo estas circunstâncias tomam uma dimensão planetária.

2

O que a Globalização tem hoje de novo é o facto de introduzir o chamado “tempo real”, ou seja o que se produz num ponto do globo tem consequências imediatas na quase totalidade da humanidade. E como diz Kissinger: “A crise parece endémica ao novo sistema global económico” e torna-se sistémica, o que é mais grave e para continuar a citar Kissinger, isto “conduz aos proverbiais velhos generais que aprenderam os erros da última guerra mas são incapazes de antever os da futura”.¹

Portugal foi um dos países – diria o primeiro – que a partir do séc. XIV e XV lançou a maior globalização geográfica, económica e política da época moderna, começando em África, passando pelo Médio Oriente e continuando pela Índia, Ásia até ao Japão, antes da América.

Proponho-me, neste papel, tecer algumas considerações e refletir sobre a África, a nossa passagem por alguns pontos daquele continente, basear-me também nalgumas experiências pessoais vividas enquanto desempenhei funções diplomáticas em 5 desses países e tirar algumas conclusões sobre o que chamo “vazios institucionais”, que lá deixámos. Claro que se

¹ Henry Kissinger, "Does America Need a Foreign Policy?", Simon & Shuster, 2001



UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
INSTITUTO DO ORIENTE

trata de um fenómeno histórico, comum a muitos outros países ocidentais que nos sucederam naquelas paragens, além de outros vazios anteriores originados em conquistas e submissões de algumas nações africanas entre si.

Tenho total consciência que estes “vazios institucionais” aconteceram noutras regiões do globo, sob formas diversas, mas resolvi limitar esta reflexão a um Continente somente.

Ao fazer esta análise, tenho também consciência de que não me proponho fazer a História da África, mas somente dar alguns exemplos limitados e a que Portugal esteve mais ou menos ligado.

Desde logo, julgo interessante sublinhar que há um verdadeiro problema de fontes escritas sobre as épocas mais remotas de certos Impérios ou Nações africanas antigas, mas, para além das fontes orais, que estão a ser recentemente estudadas, há fontes escritas, para além das de Ibn Khaldun e Ibn Battuta, e a maioria são portuguesas.

Também julgo oportuno tecer algumas considerações sobre as consequências a longo prazo que daí resultaram, os seus aproveitamentos depois da II Guerra Mundial, no contexto da Guerra-fria, e terminar procurando elaborar uma análise sobre o recente papel da China face a estes países.

3

Como meros exemplos, um pouco escolhidos sem um critério fixo, citaria os Reinos do Mali, do Benin, de Oyo, as nações do litoral guineense e particularmente o Mbanza Kongo – o Reino do Kongo.

Os mandingas (Mandenka) dispersos no seu habitat original, estão na origem do chamado Império do Ghana, cujo apogeu foi no séc. XI., e cuja capital, Kumbi, foi conquistada pelos Almohades, em 1076.² Depois de lutas entre vários povos da região, surge Sunjata Keita, a personagem – considerada mítica durante algum tempo – que foi o pai-fundador do Império Mali, depois da batalha de Kirina. Veio a conquistar a Casamance e a Guine Bissau.

Refiro estes factos, pois ele foi o iniciador de uma “legitimidade” dinástica e socio-política ainda hoje visível nos costumes locais. Segundo a tradição oral, muito estudada nos nossos dias, formou a “Grande Assembleia”, em Kurukanfuga, que como diz Niane, funcionou como uma verdadeira Assembleia Constituinte. Vem a legitimar a sucessão dinástica na linhagem direta de Sunjata Keita, embora a sua primeira mulher devesse descender do clã Konde, em

² Ver, Niane, D.T. Obras sobre o Imperio Mali e os Mandingas (1960 e 1975)



UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
INSTITUTO DO ORIENTE

homenagem à mãe de Sunjata e determina a formação de 16 clãs de “homens livres” etc. Foi ele que teria dividido o seu reino em duas regiões militares e situado a capital em Niani.³

As várias dinastias, hoje conhecidas, foram islamizadas e no reinado de Mansa Musa, séc. XIV, conhecem-se funções ministeriais e governos regionais das províncias. A sua economia era brilhante, baseada no comércio do ouro – principal produtor do Mundo Antigo -, sal, cobre e cola.

O Império do Mali desfez-se face aos ataques berberes do Oeste e à ingerência portuguesa.

Deixo aqui este caso, em termos muito esquemáticos, como exemplo da criação de um ou vários vazios institucionais que vieram a ser criados naquela região.⁴

Como o caso do Reino do Mali, poderíamos invocar o Reino Songhai que desde o séc. XII veio a consolidar um Reino que se tornou importante no séc. XV e vários reinos que se estabeleceram nas margens do Níger. Graças aos estudos de B.Hama e A.W. Pardo conhece-se hoje bastante as formas de Monarquia, de Governo⁵, de Costumes e de Religião.

Eis outros vazios histórico-institucionais que cobrem aquelas regiões, somente estudados pelos historiadores e homens de cultura, que se dedicam a estas matérias, mas sucessivamente ignorados pelos políticos, que se ocuparam com a administração daquelas regiões esquecidas.

Podemos referir, igualmente, como outro exemplo, as populações ribeirinhas da região da “Guiné”, região que assim designamos, como Yves Person, e que se estende da foz da Gâmbia ao delta do Níger. Esta civilização sudano-saheliana, onde encontramos fundamentalmente os Manden, constituiu-se a partir dos sécs. VIII e IX.

Mais uma vez, os portugueses foram quem mais fontes deixaram sobre esta região, que percorreram na segunda metade do séc. XV. Estas populações, dada a sua agricultura e situação geográfica, alimentaram um forte comércio externo. Nelas, sob formas um pouco diferenciadas, a grande divindade era Kru e praticavam um complexo culto dos mortos com embalsamamento prévio. Em vez de um Estado estruturado, a sociedade constituiu-se através

³ Só em 1920 as ruínas de Niani foram identificadas e desde então a arqueologia tem-se dedicado ao seu estudo

⁴ Sobre muitos destes factos se referem as fontes portuguesas “Esmeraldo de situ orbis” de Duarte Pacheco Pereira e “Tratado breve dos rios da Guiné” de André Alvares de Almada.

⁵ Kodjo, N.G., Ishaq II et la fin de l’Empire Songhai » 1971



UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
INSTITUTO DO ORIENTE

de “chefferies ou lignages unis par une communauté de cultures”.⁶ Foram mais uma Nação do que um Estado. Deixaram magníficas esculturas em marfim, designadamente, figurando “guerreiros portugueses”.⁷

O caso do Reino do Benin é mais uma ilustração do que desejávamos apontar.

Sabemos que o Reino do Benin e de Oyo, faziam parte de uma série de pequenos grupos de língua Yoruba e que segundo as tradições orais, mais ou menos lendárias, têm as suas origens em Ife e descenderiam do mítico Oduduwa, do Ife. Os seus netos Owu, Ketu, Benim, Illa, Sabe, Popo e Oyo encabeçaram pequenos “reinos”.

Oyo tornou-se um Estado organizado, assim como Benim e foi o primeiro visitado pelos portugueses. Deve-se ter constituído como Estado a partir do séc. XII. Mais tarde o monarca Eware reconstruiu uma magnífica capital, Edo, com uma grande avenida que separava o palácio real das habitações dos seus súbditos. Foi, então, organizada uma ordem social e política. A arte do Benim tem características únicas desde os mais remotos tempos. Embora grande parte tenha sido destruída por tropas inglesas, o estudioso alemão, Leo Frobenius, conseguiu inventariar muitas obras, tanto em bronze como em cerâmica. No dizer dos historiadores de arte, trata-se da arte africana mais evoluída e mais contextualizada dos pontos de vista histórico e sociológico⁸. Deve referir-se que se encontraram obras de arte de Ife do séc. V AC.

5

Certo é que quando os ocidentais, designadamente os portugueses, lá chegaram, Oyo e Benim eram Estados bem estruturados e fortes, com instituições, tecnologia e uma liturgia religiosa bem definida. Possuíam um comércio externo bem organizado, de marfim, pimenta e escravos, no dizer de Allan Frederick e Charles Ryder.

O desmantelamento destas redes sociais, políticas e económicas seguiram-se nos séculos seguintes, vindo a criar novos vazios institucionais.

Mas passemos agora mais para o Sul, para o Reino do Kongo, onde as relações com Portugal foram mais estreitas.

Naquela região, parece que os Reinos Luba e Lunda teriam precedido o Reino do Kongo e tinham uma constituição paradigmática diferente dos Songye. A partir de Chefes clânicos – os

⁶ Yves Person, in “Les Peuples côtiers – premiers contacts avec les portugais – de la Casamance aux lagunes ivoiriennes « , Cap XII, Histoire Generale de l’Afrique, vol IV, UNESCO.

⁷ Afro-Portuguese Ivories, de William Fagg, Londres.

⁸ Vide as obras de Fagg B.E.B.



UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
INSTITUTO DO ORIENTE

Pende – todos de linguagens bantus, formou-se o Reino Kongo, uma vez que Lukeni Nimi atravessou o rio e conquistou a “Chefferie” Ambundu de Mbanza Kongo.

Interessante sublinhar, que segundo Jan Vansina, todos os cargos eram de linhagem matriarcal.

Por volta de 1483, o Reinado compreendia seis províncias. O Rei dispunha de um corpo administrativo, de um Vice-rei, um juiz, um cobrador de impostos com tesoureiros, uma polícia, etc. A sociedade compreendia três classes sociais: uma aristocracia, homens livres e escravos.

Desde logo, é interessante notar que, segundo documentos dos séc. XVI e XVII, ao norte do rio Zaire vivia um Chefe de nome Nimi a Nzinga (Nzinga era o nome dinástico ou da linhagem patrilínea) e Lukeni, pois a tradição também o chamava Nimi a Lukeni, era o nome da linhagem matrilinear. Esta personagem está na origem da criação de Mbanza-Kongo, ou seja no que os portugueses chamaram Reino do Congo. A própria ideia de Reino não correspondia a nenhum paradigma local e tradicional.⁹

Daqui resulta uma legitimidade que vem do cruzamento de duas linhagens e cito:” a sua própria matrilinearidade, de onde lhe vem a **autoridade**, e a matrilinearidade do seu pai, de onde lhe vem o **poder**”.¹⁰

6

O Rei, apesar de “sagrado” seria eleito por um colégio de nove ou 12 membros.

A Terra, o Poder e os Valores simbólicos Tectónicos de uma sociedade sacralizada e mítica virão a ser destruídos e substituídos pelo “Regimento” de Afonso I do Kongo – um “copy-paste” do paradigma português. Assim, enquanto os diversos chefes da enorme extensão à volta de Mbanza-Kongo (S. Salvador) se integravam harmoniosamente no paradigma anteriormente existente e tradicional, reconhecendo nele a personagem do “Rei” de Mbanza, desfez-se o Reinado como entidade política.

Na realidade somente Mbanza se deixou aculturar por muitos dos valores europeus, reduzindo o poder e o território do “Reino” Kongo, criando um novo vazio institucional e o Poder fundador de “Ntotila” desaparece.¹¹

⁹ Veja-se do Prof. António Custódio Gonçalves “ Le Lignage Contre l'État”, IICT, Lisboa e Universidade de Évora, 1985.

¹⁰ Livro citado de António Custódio Gonçalves, cap. III.

¹¹ Doutreloux, A. “ Tradition et Modernité dans le développement”, in *Culture et Développement*, vol II, nr1, 1969-70



UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
INSTITUTO DO ORIENTE

É, de resto, nesta situação caótica, de guerras intestinas, resultantes da quebra de uma legitimidade e de um paradigma matrilinear, que devemos compreender a figura da notável profetisa Beatriz Kimpa Vita, nascida em cerca de 1684 e que veio a ser condenada à morte, por bruxaria, pelos padres capuchos, em 1706.

Esta mulher veio, apropriando-se de uma simbologia cristã trazida pelos portugueses, procurar restaurar os paradigmas tradicionais do poder, da matrilinearidade, dizendo-se encarnação de Santo António, com o menino ao colo. A fertilidade feminina unida à figura de Santo António, criando assim uma corrente de profetismo kongo, chamado antonionismo.

Ela é o símbolo de uma tentativa desesperada de restaurar uma legitimidade sincrética. Ainda hoje é vagamente lembrada em Brazzaville, no Lycée Kimpa Vita ou em Angola, no Uige, na Universidade de seu nome – a ESPU (Escola Superior Politécnica).

Com estes esparsos exemplos procurei mostrar o que significaram estes vazios institucionais que deixámos em África.

Mas cerca de dois séculos mais tarde e de uma colonização que aprofundou estes vazios, e procurou vagamente continuar a “vender” figurinos cada vez mais longe da autenticidade dos paradigmas culturais tradicionais, e em seguida às diversas descolonizações e independências, grande parte da África vê-se palco da Guerra-fria. Aí novos figurinos procuraram preencher estes enormes vazios. De um lado as ideologias soviéticas, do outro, sob diversas formas, um neo-colonialismo desenfreado, que procurava representar os valores do Ocidente.

Neste trágico processo histórico, a desresponsabilização das sociedades africanas, face a poderes exteriores que a dominavam, foi crescendo e tomando formas relativamente estáveis, frequentemente protagonizadas por ditadores, sem escrúpulos, que serviam uns ou outros Senhores.

É neste contexto que me proponho analisar, em grandes linhas, a atuação da República Popular da China em África, baseada no princípio da não interferência, desde Zhu en Lai e definida em Bandung.

Quando, em 2005, ao comemorar os 50 anos da Conferência de Bandung, dizia numa cerimónia na Universidade de Ohio “ Se assistimos hoje a um confronto de civilizações, ele tem as suas raízes no Bandung de 1955, ou o que se passa é de natureza diversa e tem raízes históricas e sociológicas diferentes das invocadas nas teorias menos racionalistas do conflito de civilizações”. Claro que Bandung é como que o epílogo de antecedentes, como a



UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
INSTITUTO DO ORIENTE

Conferência dos Partidos Socialistas da Ásia, da Birmânia, em 1953. Outro ensinamento que referi nessa altura foi que em Bandung “ A China será vedeta, a URSS nem estará presente”¹²

Desde Bandung, que sobressaiu a posição conciliadora de Zhu en Lai, então Primeiro-ministro da RPC, face aos ataques virulentos de outros países. Nessa altura, cava-se uma diferença entre aquele e Nehru e mais tarde Nasser,¹³ como referiu o nosso Ministro Esteves Fernandes, então em Washington e o principal informador e analista das Necessidades desta importante Conferência.

Quando se refere Bandung, imediatamente lembramos os famosos 10 princípios orientadores da Conferência que me permito citar:

1. Respeito pelos direitos fundamentais no espírito da Carta das Nações Unidas;
2. Respeito pela soberania e integridade territorial de todas as nações;
3. Reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas;
4. A não-intervenção ou não-ingerência nos assuntos internos de outro país;
5. O respeito pelo direito de cada nação se defender, individual ou coletivamente;
6. A recusa na participação de preparativos da defesa coletiva destinada a servir interesses particulares das superpotências;
7. A abstenção de todo ato ou ameaça de agressão, ou do emprego da força, contra a integridade territorial ou a independência política de outro país;
8. A solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos;
9. Estimular o interesse mútuo de cooperação;
10. O respeito pela justiça e pelas obrigações internacionais.¹⁴

8

Daqui pode concluir-se que o mais importante – como referem as fontes chinesas sobre Bandung – são os chamados 5 Princípios da Coexistência Pacífica, defendidos por Zhu en Lai, que permite a existência de boas relações entre todas as Nações, independentemente das suas ideologias.

Esta política não confrontacional e aberta a relações com todo o mundo, na base dos princípios da Conferência Ásio-Africana, de Bandung¹⁵ foi pela primeira vez posta em prática por Zhou en Lai, durante a sua visita a diversos países africanos, no ano de 1963.

¹² Duarte de Jesus, J.M., “Bandung 50 Anos Depois”, in *Faces da China*, Inquérito, 2007. (Livro que insere o texto de uma Conferência realizada no ISCSP, em 2005).

¹³ Idem

¹⁴ O texto é bastante mais completo na versão oficial do Comunicado Final.

¹⁵ Duarte de Jesus J.M. in “China: a Peaceful and Non-confrontational Foreign Policy, a Portuguese Perspective”, in *The Second World Forum on China Studies*, Shanghai Academy of Social Sciences, 2006 (publicado em chinês e ingles)



UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
INSTITUTO DO ORIENTE

Desde essa altura, verificamos, no caso português, como Pequim esteve aberta a ajudar os vários movimentos nacionalistas das colónias portuguesas em África, independentemente das suas ideologias ou posicionamentos no palco da estratégia mundial. Ajuda em formação militar e de quadros, em Angola, tanto o movimento FNLA, de Holden Roberto, conhecido como pró-americano e amigo de Mobutu, o MPLA tido como próximo da URSS, a UNITA tida como pró-ocidental. No caso de Moçambique ajudou a FRELIMO, cujo primeiro Presidente, Eduardo Mondlane, que foi professor universitário nos Estados Unidos, veio a ser recebido mais tarde em Pequim, com Marcelino dos Santos.

Neste quadro, não posso deixar também de sublinhar a resposta positiva de Zhou a uma proposta secreta de Franco Nogueira, então nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros, e em plena guerra colonial, através de um jornalista,¹⁶ em Accra, quanto à possibilidade do estabelecimento de relações diplomáticas entre Lisboa e Pequim e que o Prof. Moisés Fernandes bem descreve.¹⁷

Em suma, julgo que podemos concluir que a política externa da RPC, desde a sua definição em Bandung, se tem mantido com grande consistência, iniciada por Zhou em Lai e continuada, até aos nossos dias, por outros políticos chineses.

Os seus grandes eixos são: Considerar-se a si própria como uma grande potência, mas em vias de desenvolvimento; respeitando o princípio da não interferência nos assuntos internos de cada país; procurar o diálogo e a negociação mutuamente proveitosa, tanto do ponto de vista económico como geo-estratégico e, neste contexto, dar primazia à harmonia, à estabilidade e à paz.

No mundo em que vivemos, é certo que esta atitude choca com muitas das filosofias que vimos afirmadas, com frequência, por outros grandes atores internacionais.

Mas é precisamente sobre esta atitude da RPC em África que nos propomos elaborar uma reflexão face aos *vazios institucionais* de que sofrem muitos países daquele continente.

A RPC é hoje um parceiro fundamental em África. Certo que nela procura matérias-primas que lhe são indispensáveis ao seu desenvolvimento vertiginoso. Mas é igualmente certo, que se vê, frequentemente, criticada por não “olhar” para os regimes com quem coopera e parecer ignorar problemas ligados aos Direitos Humanos ou a como são desrespeitados nalgumas daquelas paragens.

¹⁶ O jornalista e enviado secreto foi Edgar Snow.

¹⁷ Esta tentativa foi, de resto, posta de parte por Salazar.



UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
INSTITUTO DO ORIENTE

É difícil, em política ou noutra matéria, realizar a quadratura do círculo. Ou se é um parceiro que se envolve nos assuntos internos de um país e lhe procura vender modelos que julga perfeitos – formas “morais” de frequentes neo-colonialismos – ou se dialoga e se estabelecem parcerias no respeito pela soberania do outro. Nunca a China quis vender o figurino “maoista” noutros tempos, nem agora o seu paradigma político e social.

Neste sentido, procurarei – sem fazer a apologia da política chinesa em África – mostrar como a maneira chinesa de se aproximar da África, em geral, com erros pontuais, contrasta com a ajuda típica do Ocidente e proporciona um auto-preenchimento de vazios institucionais e dessa forma fazer que os africanos reganhem a “responsabilidade histórica”, que há séculos foi delegando nos invasores, colonizadores ou neo-colonizadores.

Para quem viveu ou foi profissionalmente ativo, em vários anos em múltiplos países africanos, entende claramente como o Ocidente, ou, nalguns casos a União Soviética, diretamente ou por interposto país, vendeu política ou economicamente figurinos alheios – os chamados elefantes brancos, da cooperação. Neste quadro surgiram os Idi Yamin, Mobutus e outros.

Pensar simplistamente que a política chinesa em África se limita à ganância da procura das riquezas do seu sub-solo, particularmente no âmbito da energia, é, a meu ver, desconhecer o sentido geo-estratégico do longo prazo, da política externa chinesa. A China necessita a prazo, numa nova configuração mundial, de uma África reconduzida a um continente rico, a um mercado com capacidade de compra e de um aliado.

Não vou aqui repetir os gráficos, que hoje é comum apresentar, sobre o que representa a China face às exportações de petróleo em Angola ou no Sudão. Não esqueçamos que a China representa aproximadamente o importador de 17% do petróleo africano, valor muito inferior ao dos Estados Unidos e da Europa – em suma, do Ocidente.

Sei que o recente artigo de Lamido Sanusi, Governador do Banco Central da Nigéria, acusando a China de neo-colonialismo e fator de atraso do continente, embora indo contra as teses que procuro demonstrar, também foi alvo de críticas em conceituados jornais financeiros britânicos.

Claro que esta tomada de posição ganhou particular impacto, pois surgiu no quadro da primeira visita a três países africanos do novo Presidente chinês, Xi Jinping.



UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
INSTITUTO DO ORIENTE

Yun Sun¹⁸ desmonta com a maior clareza, como a política chinesa em África não integra nenhum dos ingredientes estruturantes do colonialismo e termina o seu comentário, com esta frase... "Africa's approval of China poses an intriguing question for those in the West who disapprove of China activities in Africa: should the West reexamine its approach to Africa in order to better address what African countries truly need?"

Com estas palavras, o autor, põe o dedo na ferida da cooperação ocidental. Não será, que em muitos casos, a nossa cooperação económica satisfaz mais as nossas necessidades do que as dos africanos?

Toda a questão está em que na maioria dos casos a China não impõe indústrias ou estruturas de base, realiza aquelas que lhe são pedidas pelos países. É nesta nova relação que se pode começar a consolidar e desenvolver a responsabilidade africana, pois sem ela, aquele continente nunca virá a desempenhar o papel de ator fundamental no mundo de amanhã. Não esqueçamos que o comércio entre a China e a África, de 2011 para 2013 aumentou 25%, encontrando-se na ordem dos 248 mil milhões de US\$, segundo o MOFCOM e publicado no Financial Times (o nr. para 2013 é uma estimativa, assim como o para 2015, que seria da ordem dos 385 mil milhões).

Por outro lado, justifica-se assim porque muitos Bancos Centrais africanos estão a aumentar as suas reservas em Yuans.

O Presidente do "China Institute of International Studies", Qu Xing, num artigo que publicou no Financial Times de 3 de Abril, analisa as quatro áreas fundamentais de atuação da política chinesa em África: capacidades tecnológicas, comércio, industrialização e energia e mostra como se trata das áreas que podem dar capacidade própria, independência e preencher os tradicionais vazios que têm mantido a África fora do palco de atuação internacional.

A Paz no mundo de amanhã passará pelo entendimento do Ocidente, designadamente dos Estados Unidos, da Ásia, que se torna um ator determinante e de uma África que acorde do seu adormecimento e pesadelos passados e presentes, ou a humanidade dificilmente terá um futuro sem guerras e sofrimentos, que cada vez serão mais globais.

¹⁸ Investigador da Global Economy and Development, da John Thorton China Center, da Brookings Institution.